



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**REFORMA AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ: ORIGEM E SITUAÇÃO ATUAL DO
ASSENTAMENTO MISSÕES**

ROMILDA DE SOUZA LIMA; JOVILDE GIRARDELLO LAUFFER;

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

FRANCISCO BELTRÃO - PR - BRASIL

romis.lima@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

REFORMA AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ: ORIGEM E SITUAÇÃO ATUAL DO ASSENTAMENTO MISSÕES

Grupo de Pesquisa: 11 – Políticas Sociais para o Campo

Resumo

Apesar de o Brasil ser formado por uma grande extensão de terras agricultáveis, a maior parte destas áreas concentra-se a um número pequeno de proprietários. Uma distribuição desigual que tem origem no processo de ocupação e distribuição do espaço rural do País. Essa desigualdade vem, no decorrer dos anos, sendo uma das principais causas de conflitos pelo acesso a terra no País. No Paraná os conflitos pela posse de terra começaram desde os anos 1940 com a ocupação das terras. Em 1957 no sudoeste do estado, houve a primeira desapropriação com fins sociais no Brasil. Objetivando conhecer a realidade e a forma de implantação de um assentamento de reforma agrária no sudoeste do Paraná, este trabalho foi desenvolvido. Buscou-se para tanto, identificar a realidade atual do assentamento Missões a partir da análise da unidade familiar de produção e renda, e se a vida no assentamento atualmente garante as condições básicas de sobrevivência das famílias. Uma primeira fase desta pesquisa foi feita em 2005, através de um trabalho de monografia e entre 2006 e 2007, novos dados foram coletados para complementar a pesquisa anterior.

Palavras-chaves: assentamento, reprodução econômica, reforma agrária

Abstract

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Although Brazil to be formed by a great extension of agricultáveis lands, most of these areas concentrates it a small number of proprietors. A different distribution that has origin in the occupation process and distribution of the agricultural space of the Country. This inequality comes, in elapsing of the years, being the one of the main causes of conflicts for the access land in the Country. In the Paraná the conflicts for the land ownership had started since years 1940 with the occupation of lands. In 1957 in the southwest of the state, it had the first dispossession with social ends in Brazil. Objectifying to know the reality and the form of implantation of a nesting of agrarian reform in the southwest of the Paraná, this work was developed. One searched for in such a way, to identify to the current reality of the nesting Missions from the analysis productive unit of the family and income, and if the life in the nesting currently guarantees the basic conditions of survival of the families. A first phase of this research was made in 2005, through a monograph work and between 2006 and 2007, new given had been collected to complement the previous research.

Key Words: nesting, economic and social reproduction, agrarian reform

1. INTRODUÇÃO

Apesar de o Brasil ser formado por uma grande extensão de terras agricultáveis, a maior parte destas áreas concentra-se a um número pequeno de proprietários. Uma distribuição desigual que tem origem no processo de ocupação e distribuição do espaço rural do País.

Uma redistribuição de terras teve como período importante o governo Getúlio Vargas. A Constituição de 1934 foi um importante mecanismo que trouxe avanços como, por exemplo, garantia a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante prévia e justa indenização; determinava que o trabalho agrícola fosse regulamentado, procurando fixar o homem no campo; previa a organização de colônias agrícolas; consagrava o usucapião; obrigava as empresas agrícolas, localizadas longe dos centros escolares, a manter escolas.

Assim, com o intuito de reanimar a agricultura e com a finalidade de acabar com a apropriação indevida de terras, iniciou-se um processo de retomada posse de grandes extensões de terra do país e assim foram realizados alguns processos de assentamentos rurais pelo País. Em face da problemática da fome e da miséria, o êxodo rural causando um inchamento nos grandes centros urbanos, - isso tudo acontecendo num mesmo momento em que as taxas de crescimento econômico estavam sendo reduzidas - estes assentamentos foram considerados uma importante alternativa e, principalmente, de baixo custo para o desenvolvimento social e manutenção dos trabalhadores rurais no campo. Mas esta primeira opção de assentamento não significou ainda discussões profundas sobre uma reforma agrária, baseada em distribuição de terras através de um programa específico.

O conceito de reforma agrária prevista no Estatuto da terra, de 1964 no seu art. 1º, parágrafo 1º, é o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. Apesar do que preconizava essa lei, a reforma agrária de fato no Brasil ainda estava muito distante de acontecer, esbarrando ainda hoje, quatro décadas depois, numa série de indefinições, conflitos e desinteresse político.

No Paraná os conflitos pela posse de terra começaram desde os anos 40 com a ocupação das terras. Em 1957 no sudoeste do estado, houve a primeira desapropriação com fins sociais no Brasil.

A Colônia Agrícola Nacional (CANGO) e o Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), e depois com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), obtiveram consolidação como uma das maiores ações de reforma agrária no país, no processo de colonização do sudoeste do Paraná.

Pressupõe-se que num projeto de reforma agrária, estejam contempladas todos os aspectos necessários para a manutenção de uma família no local, condições estruturais, sociais, econômicas e culturais. Dando condições básicas aos assentados de moradia, educação, saúde e apoio do governo para os agricultores sobreviverem e manter-se no campo.

Objetivando conhecer a realidade e a forma de implantação de um assentamento desta natureza no sudoeste do Paraná, este trabalho foi desenvolvido. Buscou-se para tanto, identificar a realidade atual do assentamento Missões a partir da análise da unidade familiar de produção e renda, e se a vida no assentamento atualmente garante as condições básicas de sobrevivência das famílias. Uma primeira fase desta pesquisa foi feita em 2005, através de um trabalho de monografia e entre 2006 e 2007, novos dados foram coletados para complementar a pesquisa anterior.

2. HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: Uma Revisão de Literatura.

Segundo Bergamasco & Horder (1996), a questão agrária no Brasil iniciou-se durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, período este, em que o governo federal recuperou a posse de várias áreas de terra no país, visando reavivar a agricultura. Assim foram formados, através da primeira Comissão Revisadora de Títulos de Terra (1938), sete núcleos coloniais numa área de 49.678 hectares e beneficiando 3.012 famílias de produtores rurais. Entretanto, somente a partir do final da década de 1960 é que as políticas fundiárias se configuram como respostas aos movimentos sociais no campo, que se espalharam em quase todo país por meio de associações civis. Neste contexto surgem os assentamentos. De acordo com os mesmos autores, as primeiras manifestações camponesas iniciaram em 1945 com conflitos isolados que se seguiram até 1954. Mais tarde a mobilização camponesa ressurgiu devido aos novos conflitos sociais no campo. Dentre eles destaca-se a luta dos assalariados por melhores salários e por direitos trabalhistas, a resistência dos posseiros, arrendatários e foreiros contra a expropriação das terras em que estavam, e também contra o aumento nas taxas de arrendamento.

Durante a década de 1950 vários projetos de lei, sobre a questão agrária, são elaborados e ganham força política e repercussão nacional devido ao reconhecimento da



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



sua importância por alguns partidos políticos. Em 1960 a temática da reforma agrária estava bastante presente no governo Jânio Quadros, eleito com a promessa de realizar uma grande transformação na agricultura com a promulgação de uma lei agrária que facilitasse não apenas o acesso a terra, mas também a expansão ao crédito e assistência rural. No início de seu governo adotou o lema: *“eliminar o latifúndio e condicionar a posse da terra e a monocultura ao interesse social”*. Após sete meses de mandato, Quadros renunciou e o país entrou numa grave crise institucional com o seu vice-presidente João Goulart, que incentivava a aliança entre camponeses e trabalhadores urbanos para a realização da reforma agrária, Grzybowski (1990), ressalta que no final dos anos 50 e início dos anos 60 a luta pela reforma agrária transformou-se em luta política, defendendo-a como sendo também a luta por uma sociedade democrática e mais justa no Brasil. “Não haverá democratização sem reforma agrária”, ressalta o autor. “Dela depende a incorporação dos trabalhadores rurais à cidadania plena”.

Com o golpe militar em 1964, os movimentos sociais no campo e na cidade foram reprimidos, entretanto, o governo militar elaborou rapidamente o Estatuto da Terra (lei 4.504) aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República ainda no mesmo ano (BERGAMASCO & HORDER, 1996).

2.1 Estrutura Agrária Brasileira nas Décadas de 1970 e 1980

As questões sociais direcionadas à agricultura, como a pequena produção e tecnologia apropriada eram discutidas por um modelo nacional de desenvolvimento agrícola e produtivista baseado nas concepções ditadas pela Revolução Verde. Este movimento teve como objetivo promover uma modernização conservadora da agricultura brasileira, incentivando a produção para a exportação e a adoção de tecnologias baseadas no uso de máquinas e insumos químicos, que agravou ainda mais a questão agrária, principalmente os assalariados rurais e agricultores familiares que eram proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros. A necessidade e a urgência da reforma agrária eram discutidas no período de um governo autoritário e centralizador que não permitia a participação de grupos sociais para resolver o problema. (SOUSA & SILVA 1992).

Ainda de acordo com os autores acima, com o aumento da competitividade da agricultura brasileira, recursos naturais abundantes, mão-de-obra barata, terras agricultáveis em abundância, o setor público continuava descomprometido com o cidadão, incapaz de contribuir para a modernização da agroindústria brasileira. Nesta época entendia-se que a agricultura era uma dimensão reducionista, onde eram realizados programas de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento rural dentro da fazenda ou dentro da porteira¹. Ao mesmo tempo, as atividades do setor de insumos, máquinas e implementos agrícolas, transporte, comercialização e consumo, dificilmente eram problematizadas.

¹ Termo utilizado pela Extensão Rural tradicional.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Nas décadas de 1970 e início de 1980 houve grande concentração da posse da terra e do desemprego rural, promovendo uma situação complicada relacionada ao processo acelerado do êxodo rural de pequenos agricultores e assalariados rurais, que cada vez mais eram atraídos pelo desenvolvimento industrial nas grandes cidades e pelas promessas ilusórias de melhores condições de vida que a área urbana poderia lhes proporcionar. Mas a partir de 1980 o desenvolvimento urbano industrial se cristaliza, causando diminuição da oferta de emprego neste setor e conseqüentemente nos outros setores também. Este fato foi um dos principais facilitadores na promoção da organização dos agricultores sem terra sem condições de continuar sobrevivendo nas grandes cidades e na necessidade da discussão para a construção das políticas relacionadas a realização da reforma agrária. (GUANZIROLI, 1998).

2.2 Questão Agrária e Igreja Católica no Brasil

Para Martins (1989), a igreja católica posiciona-se sobre a questão fundiária não somente nos problemas da propriedade, mas também nos do homem que envolve as questões éticas, sociais, políticas e pastorais. O episcopado brasileiro deixa clara sua postura através de publicação de seus documentos, onde defende que a questão agrária não é um fator que impede o desenvolvimento do capitalismo, mas sim o desenvolvimento humano, isto é, não é apenas uma questão econômica, mas sim moral, que marginaliza e empobrece o homem. Por isso a Igreja e o Estado entram em confronto após 1968. No primeiro documento importante da igreja a carta pastoral de D. Inocêncio, bispo de campanha (Minas Gerais) alerta sobre o perigo comunista após a divulgação do manifesto de agosto de 1950 do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que preconizava uma reforma agrária radical, para combater a burguesia do país e o imperialismo. Parte da Carta de D. Inocêncio cita o seguinte:

E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham com transparência a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais.

Assim, para Martins, essa atitude não se baseava simplesmente em um antigo comunismo, mas na forma de manutenção e sobrevivência do próprio poder da igreja sobre os fiéis. A igreja estava despreparada para enfrentar tantas mudanças: como a crise política, industrialização e o crescimento urbano. No início dos anos 60, o movimento de luta pela terra era difundido pelas denominadas Ligas Camponesas, que sofreu críticas da ala radical da igreja católica na época.

Segundo Azevedo (1982), a igreja católica contribuiu para silenciar as Ligas sobre sua presença. Segundo o autor, este fato se deu porque os membros da igreja na época tinham uma percepção sobre a Reforma Agrária completamente diferenciada das divulgada pelas Ligas. A primeira defendia que os conflitos entre trabalhadores e proprietários deviam ser resolvidos através de acordos ou na justiça, enquanto as Ligas Camponesas, embora inicialmente tivessem esse objetivo, entre os anos 60 e 61, a palavra de ordem era Reforma Agrária Radical.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



De acordo com Martins (1989), no início dos anos 1960, a igreja se envolve nos movimentos em favor da sindicalização dos trabalhadores rurais. O envolvimento dela deu-se, não somente, para não perder os fiéis, mas também para promover uma entrada maciça dos trabalhadores rurais no mundo capitalista, no mundo de igualdade jurídica e dos direitos civis.

O Partido Comunista também se envolveu e contou com representantes inclusive de dentro do governo federal, setores esclarecidos das classes médias urbanas e industriais. Aparentemente, a maioria do público que apoiava a reforma agrária, era formada por aqueles que estavam fora do mundo rural: estudantes, religiosos, padres, bispos, militantes de esquerda e que reagiam em favor dos pobres do campo contra as injustiças, egoísmo, miséria, e violência que eram praticados. Registros mostram que muitos padres, religiosos, seminaristas, bispos e estudantes foram presos e mortos por defenderem interesses daquelas pessoas consideradas sem terra e excluídos.

Torna-se interessante abrir neste espaço, uma pequena discussão, sobre o termo excluído, uma vez que seu uso tem sido usado constantemente nos discursos políticos, sobretudo, dos movimentos sociais e também em estudos acadêmicos e pesquisas. Segundo Oliveira (1997), para quem o fenômeno do desemprego é o principal gerador de exclusão social, o termo excluído surge no Brasil, sobretudo com os estudos de Hélio Jaguaribe (1986 e 1989), onde ele chama a atenção para o crescimento desmesurado dos pobres e miseráveis no país, resultando a seu ver, de um fracassado modelo econômico imperante entre os anos de 1930 e 1980. Há também os trabalhos de Cristovam Buarque (1991 e 1993), para quem o fracasso do modelo econômico apenas expôs a face cruel e verdadeira da exclusão social no Brasil, preexistente ao próprio modelo econômico cuja crise se inicia na década de 1980. Objetivando chamar a atenção para as perigosas implicações políticas que o processo de exclusão contém, Buarque, passou a utilizar o termo de *apartação social*².

2.3 A Participação do MST na Conquista da Terra

Após breve análise do contexto da estrutura agrária brasileira nos períodos entre o final da década de 1960 até os anos 80, passemos a descrever a formação e a participação do Movimento dos Sem Terra MST, bem como sua inserção na ocupação de destaque dentre os movimentos sociais pela conquista da terra. Não se objetiva neste trabalho traçar o caminho percorrido pelo referido movimento desde sua origem até os dias atuais e sim apenas apresentar suas nuances de forma sucinta.

Segundo Fernandes apud Ramalho (2001), no final dos anos 1970 e início da década de 1980 as organizações políticas dos trabalhadores do campo ganharam força. Surgiram os acampamentos e ocupações de terra consolidando os movimentos sociais como sujeito político, principalmente nos estados do nordeste, devido à mobilização feita pelos atingidos por barragens no final dos anos 70, com a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica. Ambas os projetos foram

² Tradução adaptada às condições brasileiras do termo universalmente conhecido *apartheid* sul-africano.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



palcos de muita luta e de mobilização popular. Em seguida o movimento dos atingidos se efetivou no sul do país. O outro movimento que deu origem à discussão pela questão ecológica e de acesso a terra, foi promovida pelos seringueiros no norte.

Através desses movimentos começou-se a debater a questão fundiária e a questão ambiental, as formas de apropriação e o uso da terra. Os acampamentos e ocupações já não eram mais formados por assalariados rurais, mas também por trabalhadores urbanos que estavam sem emprego (RAMALHO, 2001). Assim surge o MST que em pouco tempo ganha espaço em todo o território brasileiro ocupando áreas de assentamento, resistindo a grande pressão e lutando pela reforma agrária.

Segundo Valmorbida (1999), o MST tem como principal foco social à organização de trabalhadores na luta pela reforma agrária, embora não seja o único. O programa de reforma agrária do movimento visa beneficiar a todos os trabalhadores Sem-Terra e alterar a estrutura de propriedade da terra e da organização de produção agrícola. Ainda, segundo o mesmo autor, são considerados sem terra para o MST os seguintes perfis: arrendatários que pagam renda pelas terras de outros proprietários; pequenos ocupantes e posseiros com menos de 5 hectares; proprietários com menos de 5 hectares de terra que não conseguem se auto sustentar; filhos dos pequenos proprietários que não tem condições de se reproduzir como agricultores; trabalhadores rurais que são assalariados, trabalhando em fazendas e querem trabalhar em terra própria.

Uma das principais discussões sobre a formação dos assentamentos de reforma agrária ou Projetos de Assentamento (PA), conforme denominação dada pelo INCRA, trata do desafio de tornar possível que esses PAs se tornem economicamente e socialmente viáveis, possibilitando aos assentados as condições de viver e de reproduzirem dignamente. Neste sentido vários fatores são importantes, como o tamanho do lote, a qualidade do solo, a adaptação dos moradores, a boa condução e funcionamento das associações internas e, ou, cooperativas de trabalho, possibilidade de conseguir financiamentos do PRONAF, Banco da Terra, etc, produção sustentável, conhecimento dos impactos ambientais causados pela agricultura, dentre outros. Sendo assim, defende-se que um dos quesitos básicos para obtenção de resultados econômicos e sociais satisfatórios através da reforma agrária, é a necessidade de medidas de apoio aos assentados, dando prioridade à produção de alimentos básicos, democratizando o crédito rural, facilitando a utilização de tecnologias adequadas na organização da produção.

3. A Ocupação de Terra no Sudoeste Paranaense

O Sudoeste do Paraná por ser uma região de muita riqueza e fertilidade, foi disputado pelo Brasil e Argentina e mais tarde pelo Estado do Paraná e Santa Catarina gerando conflitos jurídicos, políticos e sociais (LAZIER, 1986). Ainda segundo o mesmo autor, a Argentina e o Brasil disputaram o sudoeste por vários anos. A Argentina exigia que a divisa dos dois países fossem os rios Chapecó e Chopim, o que faria com que o Sudoeste pertencesse a este país, e o Brasil defendia que a linha divisória deveria ser os rios Santo Antonio e Peperi-guaçu, portanto, não havendo acerto entre os dois países, em 1889 solicitaram ao presidente dos Estados Unidos para decidir o problema. Este, por sua vez, em cinco de fevereiro de 1895 após ter enviado o político



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



e diplomata Barão do Rio Branco com documentos e mapas para defender a causa do Brasil deu ganho de causa que a partir desta data toda parte do território Missões passou a pertencer oficialmente ao Brasil.

Depois de criada a província do Paraná em 1853, começou-se a disputa entre Paraná e Santa Catarina que se prolongou por muito tempo. Em 1916, depois da guerra do contestado foi assinado o acordo de fronteira por Afonso Camargo do Estado Paraná e Felipe Schmidt por Santa Catarina que foi confirmado pelo presidente da República, Wenceslau Brás. O Sudoeste do Paraná passou a pertencer ao Paraná.

3.1 A atuação da CANGO e da CITLA

Segundo Lazier (1986), até 1940 a região do Sudoeste estava quase desligada do Brasil, existindo poucos povoados e tinha maior vínculo com a Argentina. A partir de 1943, com a criação da Companhia Nacional Agrícola General Osório - Cango começou-se o povoamento da região principalmente por posseiros oficiais que eram trazidos pela própria Cango e os posseiros que chegavam e construíam seus ranchos e começavam a produzir, muitos deles vinham da região Noroeste do Rio Grande do Sul. A CANGO era um órgão público federal que distribuía lotes de terras gratuitamente e que favorecia uma grande migração para a região, ela realizava relatórios anuais ao Ministério da Agricultura, informando sobre as principais atividades. Com o aumento progressivo da população a CANGO começou a realizar obras de infra-estrutura para atender as necessidades dos habitantes. Em 1950 chegou à região a Clevelândia Industrial Territorial Ltda CITLA, que era considerada grileira de terras, e que por sua vez foi acusada por dirigentes da CANGO de prejudicar seu trabalho de povoamento e colonização.

De acordo com Feres apud Arend (2002), a CITLA reunia políticos ligados ao Partido Socialista Democrata (PSD) partido que estava no poder no Paraná e no governo federal. A CITLA apresentou-se como proprietária da gleba Missões e que a mesma pertencia ao grupo Moisés Lupion que era o governador do Estado. Para melhor entendimento faz-se necessário apresentar parte da história de como a CITLA conseguiu o título das terras do Paraná.

De acordo com Lazier (1996), no início do século XX o governo do Estado do Paraná titulou terras para a Companhia de Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande - CEFSPRG para a construção de estradas de ferro. Então o governo concedeu as terras das glebas Missões e Chopim que abrangia quase todo o sudoeste do Paraná. Em 1930 com a mudança de governo do Paraná, constatou-se que havia irregularidades e não cumprimento do contrato feito por parte da companhia. Através de decretos foram anulados, no ano de 1930/1931, os títulos das glebas Missões e Chopim. Assim o sudoeste voltou a pertencer ao poder Público. A CEFSPRG não aceitando o decreto entrou na justiça e assim começou a disputa entre o Estado do Paraná e a CEFSPRG sobre as terras pertencentes às glebas. Em 1940 o governo do Presidente Getúlio Vargas, devido a interesses da União decretou incorporação de todos os bens da empresa Brasil Railway Company que tinha ramificações em todo o país e que na verdade era formada por 14 empresas e uma delas era a CEFSPRG. A partir daí a



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



propriedade da gleba Missões e Chopim passaram a pertencer ao governo Estadual e Federal. (LAZIER,1996).

Mas como o governo catarinense tinha concedido autorização ao cidadão José Rupp para a extração da erva mate e da madeira na mesma época em que foi concedido o Título de Terra para CEFSPRG, este protestou na justiça, processo, este que durou 18 anos. Após esses anos José Rupp foi o vencedor e a partir daí requereu indenização por parte da CEFSPRG pelos prejuízos causados, a companhia seria obrigada a pagar um alto valor a este, mas como esta companhia já não existia mais e os seus bens estavam incorporados a União, quem devia pagar a indenização era o poder Público. Diante de várias tentativas de fazer acordo com o governo federal e ser recusado José Rupp cedeu seu crédito a CITLA (Lazier, 1986 e Arend, 2002). Mesmo o governo federal tendo se recusado a pagar a José Rupp, em 1950, a superintendência das empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional titulou a CITLA a gleba Missões e parte da gleba Chopim, praticamente todo o sudoeste do Paraná para pagar aquela indenização. Há muitos questionamentos sobre o andamento desse processo de indenização, sobretudo quanto à sua transparência e coerência. Vários pesquisadores apontam que foi pago um valor muito alto pelas terras e foi feita a titulação sem a autorização do Senado Federal e do Conselho de Segurança Nacional.

Ainda na visão de Lazier (1996), o fator complicador disso, é que o então governador do Estado, Moisés Lupion era um dos sócios da CITLA e que o governo do Paraná e o Federal pertenciam ao mesmo partido político O PSD. Teria sido dessa forma então, que a CITLA começou a atuar como grileira no sudoeste do Paraná. Ainda em seu trabalho sobre o processo de ocupação da região Sudoeste do Paraná, o autor acima aponta que os posseiros eram forçados a comprar as terras onde estavam morando, pelos homens da CITLA. Os posseiros ao tomarem conhecimento de que aquele título não tinha valor algum, não aceitavam efetuar o pagamento. Existem registros nos estudos sobre a ocupação de que a CITLA, no sentido de amedrontar os posseiros, ao efetuar as cobranças do valor dos títulos, o faziam com seus gerentes acompanhados por jagunços. Sentindo-se injustiçados e correndo risco de vida, os posseiros pediram auxílio a polícia. Ainda assim, não obtiveram êxito e proteção e a partir daí, se organizaram e conseguiram tomar os municípios de Capanema, Barracão, Santo Antonio, Pato Branco, e Francisco Beltrão.

Em Francisco Beltrão no dia 10 de outubro de 1957 os escritórios e sedes da CITLA que eram o quartel general dos jagunços foi ocupado pelos colonos. No dia seguinte começaram a destruir tudo o que era das companhias, inclusive as notas promissórias. Francisco Beltrão ficou ocupada por três dias com 4 mil pessoas (posseiros) armadas, garantiram a vitória sem praticar nenhum tipo de injustiça, e sem mortes. Enfim expulsaram a CITLA da região do Sudoeste do Paraná. (p.35).

3.2 O GETSOP e a Reforma Agrária

No ano de 1960, Jânio Quadros, então candidato a presidente da república, durante sua campanha eleitoral prometeu ao sudoeste do Paraná que caso fosse eleito, iria resolver o problema dos posseiros desapropriando a área em que se encontravam e que iria dar titularidade aos mesmos. Como foi eleito com votos da maioria do Povo do



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Sudoeste do Paraná, no início de seu governo 27/03/1961, cumpriu sua promessa desapropriando a gleba Missões e parte da gleba Chopim pelo Decreto nº 50.379. Poucos meses depois, com a renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart deu continuidade às atividades com relação aos posseiros que havia sido iniciada anteriormente. Para isso criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) para programar e executar a efetivação da desapropriação.

Segundo Lazier(1996) o GETSOP era comandado pelo Gabinete Militar da Presidência da República e era formado pelos seguintes órgãos: Conselho de Segurança Nacional, Procuradoria Geral da República, Comissão de Faixa de Fronteira, Serviço do Patrimônio da União. A partir de 1962, a GETSOP começou a atuar solucionando os problemas de desapropriação e titulando as áreas de terras aos posseiros concluindo a obra iniciada pela CANGO. Pode-se dizer que a regularização das terras dos posseiros permitiu o início do desenvolvimento do Sudoeste do Paraná. A GETSOP preocupou-se em construir escolas, na melhoria das estradas, na quantidade e qualidade da produção agrícola, no escoamento da produção agrícola, incentivou a mecanização agrícola e controle da exploração florestal.

De acordo com Arend (2002), para regularizar as terras na região Sudoeste do Paraná abaixo do Rio Iguaçu até o município de Bituruna, com o encerramento do GETSOP, em 1982 foi criado o Projeto Fundiário Iguaçu, que atua em Francisco Beltrão, subordinado a superintendência Regional do INCRA no Paraná.

3.3 A Formação do Assentamento Missões

O assentamento Missões teve sua origem através de um movimento social de reforma agrária, com apoio e organização do MST e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Iniciado com a ocupação de 295 famílias na fazenda Marrecas e na Colônia Missões em 27 de maio de 1996. A ocupação foi feita de forma tranquila porque a fazenda Marrecas já pertencia ao Banco do Brasil e a Colônia Missões ao Banco do Estado do Paraná. O proprietário era a empresa Ângelo Camilotti & Cia Ltda, que perdeu a terra devido a dívidas contraídas nas duas agências bancárias.

Localizado no município de Francisco Beltrão-PR, o assentamento está a aproximadamente 23 Km da área urbana e possui 1.983 ha, sendo que cada lote tem aproximadamente de 12 a 13 ha. O local onde era a sede da fazenda foi utilizado como acampamentos, com casa, barracões, luz elétrica e possuía uma boa área de pastagem, que foi utilizada pelas famílias que trouxeram algumas cabeças de gado. Atualmente o assentamento possui 136 famílias.

Conforme pesquisa realizada por Ratier apud Arend (2002), foi possível constatar que havia grande expectativa por parte dos agricultores Sem Terra em relação à possibilidade de adquirir seu pedaço de terra para o cultivo. Nesta mesma pesquisa, verificaram-se informações sobre a origem dos assentados. Do total, 65% dos ocupantes vieram através da mobilização feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios do Verê, Marmeleiro, e Francisco Beltrão e aproximadamente, 20% através do MST. Depoimentos dos assentados registram que os principais problemas que enfrentaram no acampamento foram as precárias condições de vida a que se



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



submeteram, a miséria, a doença, a falta de renda que levou muitos a pedirem ajuda aos parentes, amigos e entidades de ação social. Ainda, por haver muitas famílias convivendo numa mesma área, percebia-se dificuldade no entrosamento entre os membros do grupo causando intranquilidade e ansiedade entre eles além de conflitos. Porém, uma característica do grupo pode ter sido um referencial para que os conflitos se resolvessem de forma mais tranqüila, se refere ao fato de que os assentados tinham origem social na agricultura, portanto estavam acostumados à dinâmica da agricultura familiar e à organização social, econômica e cultural desta forma de exploração das atividades e de convivência agrícola. Após um ano e sete meses de ocupação, foram publicados o decreto de desapropriação e a Emissão de Posse em 11 de novembro de 1997 e Janeiro de 1998, respectivamente. O próximo passo seria então a seleção das famílias. Este foi um processo muito tenso, pois havia mais acampados do que a área poderia comportar. Havia espaço suficiente para fixar apenas 136 famílias das 295 que ali estavam. As famílias que sobraram foram transferidas para acampamentos das cidades próximas.

De acordo com Valmorbidia (1999), por sugestão do INCRA e do MST as famílias foram assentadas em grupos, dividiu-se então a terra em 12 grupos onde cada família optaria pela atividade da área adequada. Com esta divisão formaram-se três comunidades no Assentamento Missões: a primeira passou a se denominar comunidade Rio 14, a segunda Nova União e a última que ainda não está pronta, pois falta construir a Igreja e que é a sede do assentamento chama-se Santo Augustinho³.

No presente trabalho, através da pesquisa de campo, foi possível observar que existe um grande contraste no modo de viver, trabalhar, enfim de como cultivar a terra dos moradores do assentamento. Todas as famílias têm praticamente a mesma área de terra, apenas em algumas propriedades existem terras dobradas⁴ e alguns lotes dependem da água do lote vizinho. Observou-se, que na comunidade Santo Augustinho, aparentemente, as pessoas são mais esclarecidas, cultivam melhor a terra, de forma mais consciente, e a produção também é maior e de melhor qualidade das outras duas comunidades locais. Da mesma forma, estes apresentam melhores condições de vida, enquanto na comunidade Rio 14 e Nova União, as pessoas possuem modos de vida mais humildes, condições mais precárias de sobrevivência econômica e social, e muitas delas conseguem retirar da terra somente o que precisam para se alimentar no cotidiano, não possuindo recursos financeiros para proporcionar mais conforto e uma melhor qualidade de vida.

Um fator importante observado em relação ao aspecto citado acima, é uma possível relação entre a formação do grupo da comunidade Santo Augustinho e a forma de reprodução social e econômica. Nesta comunidade, as pessoas que foram agrupadas, já se conheciam anteriormente e durante o tempo em que ficaram acampadas, conseguiram estabelecer uma relação entre si, até mesmo por pensarem de forma semelhante quanto ao modo de vida e de produção agrícola. Além de as famílias que

³ Foi eleito pelo Conselho Pastoral por ser o Santo do dia da Ocupação em 27 de maio.

⁴ Terras dobradas são aquelas que apresentam áreas murradas e onde não é possível a mecanização. A área de cada lote foi distribuída por sorteios entre o grupo de assentados, o que justifica o fato de umas áreas serem de melhor qualidade do que outras em relação ao solo, ao acesso e à disponibilidade de água.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



compõem esta comunidade já terem tido uma convivência anterior, no local de onde vieram, tiveram também acesso a informações sobre novas tecnologias disponíveis, através de assistência técnica, onde foi possível adquirir os conhecimentos necessários para implementação de algumas das atividades que desenvolvem em grupo ou individualmente. Neste grupo são cultivados principalmente a soja, milho, feijão e leite. Segundo os entrevistados desta comunidade, quando eles se organizaram no local, cada uma das famílias já tinha uma pequena quantia em dinheiro, que conseguiram guardar durante o período em que ficaram acampados. Dessa forma, foi mais fácil para eles iniciarem a produção.

Aparentemente, a partir do que foi possível ser observado durante o trabalho de campo, as famílias das outras duas comunidades apresentam mais dificuldades em relação à sua manutenção no assentamento. Mesmo possuindo a mesma área do lote, produz com maior dificuldade e na grande maioria dos casos, apenas para o próprio sustento e vivem de forma mais precária em relação a acesso de bens materiais, condições de higiene e habitação e também na forma de se alimentar.

De acordo com a observação realizada em campo e pelas entrevistas, arrisca-se a afirmar que uma das razões para isso seria uma certa dose de comodismo de algumas famílias em relação às preocupações relacionadas à qualidade de vida. Mas essa razão pode ter enraizamento no modo de vida que tinham anteriormente. Grande parte dos entrevistados das comunidades Rios 14 e Nova União, disseram que não conheciam uns aos outros anteriormente à fase do agrupamento. Eram provenientes de cidades muito pequenas e não tinham conhecimento anterior sobre melhores técnicas de produção e nunca tinham tido antes nenhum tipo de treinamento ou capacitação técnica. Este fato pode ser considerado uma das causas das disparidades entre as três comunidades. Outro fator, que não pôde ser comprovado pela pesquisa é se a qualidade do solo da comunidade Santo Augustinho é de melhor qualidade que o das outras comunidades, fator que também pode representar um diferencial, sobretudo nos investimentos necessários e nos resultados da produção agrícola.

4. METODOLOGIA UTILIZADA E DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Apesar de no item anterior, alguns aspectos da pesquisa de campo já terem sido ressaltados, neste item pretende-se descrever resultados das entrevistas e algumas análises pontuais que foram possíveis de serem realizadas neste trabalho.

Foram realizadas 30 entrevistas abrangendo as comunidades Rio 14, Nova União e Santo Augustinho. Foram aplicados questionários semi-estruturados. Durante as entrevistas procurava-se observar outras questões, não se atendo apenas ao que era respondido pelos entrevistados. Procurou-se observar, por exemplo, a participação feminina durante as entrevistas, que na realidade eram conduzidas pelos homens. Observaram-se também a dinâmica familiar, a própria estrutura habitacional, as condições de moradia e aspectos relacionados à qualidade de vida. Esses aspectos se configuram como pontos importantes a serem discutidos uma vez que através dessa dinâmica do modo de vida, podem-se obter muitas informações importantes e que muitas vezes não são compartilhadas durante a entrevista: um gesto, uma negação, o próprio ato de silenciar-se diante de uma questão abordada. Um bom observador é capaz

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

de captar informações importantíssimas durante um diálogo de entrevista em atividades de campo.

5. DADOS DE CAMPO

Nas tabelas a seguir, são apresentados dados referentes ao levantamento de campo.

Tabela 1 - Participação da Associação Local

Comunidades	Nº de famílias	%
Santo Augustinho	15	50
Nova União	08	26,7
Rio 14	07	23,3
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007

Em todos os lotes entrevistados, pelo menos um dos membros da família participa de uma associação local. Existem três associações funcionando atualmente. Os contatos entre os moradores do assentamento e também das próprias comunidades são muitas vezes oficializados na igreja local, quando eles se encontram durante os cultos. Assim sendo, a igreja possui uma importante função socializadora no assentamento Missões. É neste local que são agendadas reuniões, discutidos assuntos de interesse da comunidade, realizados eventos sociais que tem grande importância para as relações sociais e interação entre as famílias. A dinâmica das relações sociais se dá também no encontro dos cultos e outras atividades realizadas na igreja. Os encontros dos clubes de mães ocorrem neste local, algumas reuniões importantes do assentamento, além de festas, passando a assumir importância muitas vezes maior do que outros tipos de eventos no local.

Tabela 2 - Nº de Pessoas por Família.

Nº de pessoas/família	nº de famílias
01	02
02	06
03	05
04	12
05	03
06 ou mais	02
Total	30

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007

O quadro acima descreve o número de membros por família entrevistada. A maior parte das possui de duas a quatro pessoas, totalizando 76,7% famílias. Pode-se observar que são famílias pequenas, não seguindo o padrão que até a alguns anos atrás era comum às famílias rurais, ou seja, famílias numerosas. Este fato corresponde ao que é observado nos últimos dados do Censo, em que se apresenta a redução do número de filhos por mulher e conseqüentemente do tamanho das famílias. Uma possível explicação para esse fato também acontecer no referido assentamento, pode ser devido à

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

própria dinâmica que é imposta naturalmente aos casais que se instalaram no acampamento, enquanto acontecia o processo de luta pela conquista da área de assentamento definitivo. A sobrevivência nos acampamentos é difícil, as famílias enfrentam dificuldades de todos os tipos para se ter acesso à alimentação, escola para os filhos, à saúde, etc.

Tabela 3 - Idade dos Entrevistados

Faixa etária	nº de entrevistados
Até 30 anos	03
31 a 39 anos	05
40 a 50 anos	12
51 a 60 anos	08
Acima de 61 anos	02
Total	30

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007

Observou-se que a idade média dos assentados entrevistados está acima de 40 anos. Os entrevistados, na sua maioria, foi composta por homens. Durante as entrevistas as mulheres deixavam que os seus maridos respondessem às questões, principalmente aquelas relacionadas à produção e renda gerada no lote. Nota-se que apesar de terem participado ativamente na fase de ocupação da área e tendo função preponderante na organização familiar e no trabalho dos lotes, ainda assim, após a efetivação do assentamento, estas passaram a ocupar uma postura, aparentemente, passiva em relação à administração dos recursos da família, ou seja, o trabalho que realizam junto ao marido é tido por eles e por elas também como ajuda e a participação feminina não acontece no espaço das elaborações de propostas dentro das associações, como tomada de decisões sobre atividades produtivas a serem realizadas, nem tampouco, nas negociações de venda do produto e o destino dado ao recurso financeiro gerado no local pela família.

Alguns trabalhos sobre as questões de gênero em assentamentos de reforma agrária nos informam que essa situação não é incomum, como, por exemplo, pode-se citar os trabalhos de Anita Bruner sobre mulher e desenvolvimento rural, no noroeste do Rio Grande do Sul e na região do Leme, em São Paulo; também o trabalho de Maria Isabel Vieira, onde descreve como se dá a divisão sexual do trabalho em programa e projetos de desenvolvimento rural no Uruguai, o de Noëlle Marie Paule Lechat, em que analisa casos da relação de gênero em dois assentamentos do MST no Rio Grande do Sul, um no assentamento denominado Novo Sarandi e o outro no Rincão do Ivaí. A dinâmica nestes dois assentamentos se diferencia em relação à participação das mulheres nas associações internas do assentamento, mas nos dois casos essa participação ainda é secundária, apesar disso em Novo Sarandi parece ser maior e mais organizada do que no Rincão do Ivaí⁵. Num contexto aproximado, é importante citar

⁵ BRUMER, A. **Mulher e Desenvolvimento Rural**. In: Preveslou, C., et all (orgs.). Mulher Família e Desenvolvimento Rural. UFSM. Santa Maria. 1996.

VIEIRA, M. I. **La Participación de la Mujer em lãs Viviendas Rurales por Ayuda Mutua. Experiencias de Desarrollo**. In: Preveslou, C., et all (orgs.). Mulher Família e Desenvolvimento Rural. UFSM. Santa Maria. 1996.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

também os trabalhos de pesquisa realizados por Paulilo, et al (2003)⁶, sobre a participação das mulheres na atividade leiteira no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, onde se destaca também o processo excludente em que as mulheres se encontram no que se refere à comercialização do leite e seus derivados, ou seja, se por um lado, elas participam das atividades de produção, terminam, no entanto por não poderem interferir no processo de comercialização desses produtos no seu respectivo investimento. Há também o trabalho de Alessandra Bueno de Grandi, em que analisa as relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina.

Ao se destacar as pesquisas das autoras acima, não se pretende dar um enfoque específico à questão de gênero, uma vez que este não é o principal objetivo deste trabalho. Mas ao mesmo tempo, considera-se importante destacar a discussão porque se percebe nos referenciais teóricos o quanto ainda se precisa pesquisar e entender a dinâmica das relações de gênero, sobretudo no que se refere à divisão sexual do trabalho rural, tanto em áreas de assentamentos de reforma agrária, como em agricultura familiar.

Tabela 4 - O Uso da Água

Origem	nº de famílias	%
Nascente	18	60
Poço	12	40
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007

Das 30 famílias entrevistadas, a maior parte utiliza água de nascente, embora não haja uma disparidade muito grande em relação à água de nascente e de poço. Foi observado em praticamente todas as propriedades o acesso a água em boa quantidade e qualidade, inclusive muitas dessas propriedades são servidas por riachos e açudes com água em abundância. Porém, conforme observação dos entrevistados, existem alguns lotes que não têm água disponível, fazendo com que as famílias destes locais precisem contar com a cooperação do vizinho de lote ao lado. Ter ou não água no próprio lote, foi definido pela “sorte”, já que, conforme explicação do presidente da associação do assentamento Missões, os lotes foram sorteados entre os grupos. Algumas famílias tiveram acesso a áreas melhores do que outras. Seja em relação à topografia, e, ou, ao acesso a água, e, ainda, em relação à qualidade do solo.

Tabela 5 - Origem da Renda Familiar

Renda/Origem	nº de famílias
Exclusivo do lote	19

LECHAT, N. M. P. Relações de Gênero em Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (RS): participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. In: Preveslou, C., et all (orgs.). Mulher Família e Desenvolvimento Rural. UFSM. Santa Maria. 1996.

⁶ PAULILO, M. I. et all. **Mulher e Atividade Leiteira: a dupla face da exclusão**. In: PAULILO, M. I. & SCHMIDT, W. Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC. 2003.

GRANDI, A.B. DE. **Relações de Gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina**. . In: PAULILO, M. I. & SCHMIDT, W. Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC. 2003.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Complemento externo	11
Total	30

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007

Com relação à origem da renda familiar, a maioria das famílias retira o seu sustento exclusivamente do lote. Apenas 36% complementam o orçamento com atividades externas, porém a maioria deles dentro do próprio assentamento, seja trabalhando para o vizinho, ou em escolas como professora e, ou serviços gerais. Em apenas 04 famílias a complementação extra vem de trabalho externo ao assentamento.

Tabela 6 – Tipo de Habitação

Tipo	nº de famílias	%
Alvenaria	10	33,3
Madeira	03	10
Mista	17	56,7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007

Apesar de na região Sudoeste do Paraná, ser muito comum o uso de casas de madeira, no caso específico dos entrevistados do assentamento Missões, a maioria das casas é de alvenaria ou mista, as casas exclusivamente de madeira, representa apenas 10%. As casas estão construídas em lotes individuais. A maioria delas possui de cinco a sete cômodos, todas com banheiro dentro de casa e com fossa séptica localizada do lado externo. Os assentados que tem maior produção agrícola e maior renda possui uma moradia melhor e mais confortável do que os restantes dos entrevistados, o que é de certa forma uma consequência lógica.

Constatou-se durante as entrevistas que naquelas famílias onde a habitação é mais precária, não há grandes perspectivas de melhorias na produção agrícola e preocupação em relação à ampliação da renda e com a própria qualidade de vida das pessoas que habitam o lote. Percebeu-se uma situação de comodismo por parte desses assentados, o que pode representar uma justificativa para o fato de, no mesmo assentamento, encontrar contrastes sociais, produtivos e até mesmo de hábitos de vida, de alimentação e de higiene, de um lote para outro. Um exemplo disso, é que 78% das casas que possuem horta e pomar, pertencem àquelas famílias que se encontram mais estruturadas financeiramente e que também são aquelas famílias que demonstraram maior cuidado com a saúde, alimentação, e onde se puderam observar maiores cuidados em relação à higiene do ambiente doméstico.

Tabela 7 – Produção Agrícola

Tipo	nº	Colheita (sacas)	Destino	Renda	Renda
Produção	de Lotes	safrá 2005/2006	consumo/venda	Bruta (R\$)	Líquida
Milho	26	5.237	2.095/ 3142	94.455,00	55.343,00
Soja	16	2.450	--/ 2.450	110.250,00	67.111,00
Feijão	06	150	20/130	6.145,00	4.071,00
Total			2.115/ 5.722	210.850,00	126.525,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A produção que se destaca no assentamento são os seguintes: milho, soja e feijão. Dentre os três produtos, a soja é totalmente vendida em todos os lotes onde foram realizadas as entrevistas. Este produto representa, ainda, o que gera maior renda líquida, e numa produção menor, sobretudo, ao se observar que a soja apresentou uma produção de 2.787 sacas a menos do que a produção de milho e, no entanto gerou um retorno de R\$ 11.768,00 a mais, numa média de R\$ 4.100,00 por lote em que é cultivado. Talvez esta seja a explicação para a tendência em todo o estado do Paraná a ampliação de áreas cultivadas pela soja. Com relação ao milho, parte dele, é usado para o consumo, para servir de alimento aos animais. A produção de feijão é pequena nos lotes e é, praticamente, toda comercializada. Alguns lotes substituíram pela soja, nos últimos anos, a área que antes se destinava ao milho e ao feijão.

Além destes produtos, que são os principais geradores de renda dos assentados, ainda foi encontrado em algumas propriedades o cultivo de fumo e mandioca que colaboram com o orçamento familiar. Também tem quem esteja trabalhando com uma pequena produção de soja e pipoca orgânica. Estes produtos orgânicos têm uma importância financeira devido à diferenciação de preço que este permite, podendo ser vendido a um valor mais alto do que os da produção tradicional, além disso, seu cultivo consiste numa forma de produção mais sustentável, causando menos impactos ambientais. Os assentados, apesar de reconhecerem a importância dessa produção, por outro lado a considera uma atividade muito trabalhosa. Segundo eles, é necessária uma disponibilidade maior de tempo dedicado ao trabalho.

Entende-se que esse último aspecto é muito importante para ser trabalhado no assentamento Missões num momento de elaborar propostas de desenvolvimento local. Como a área dos lotes é pequena, o investimento em produção orgânica, em produção agroecológica, pode vir a ser a melhor alternativa, principalmente de renda para esses assentados. A produção convencional do milho e da soja em áreas tão pequenas é insustentável em vários aspectos, dentre eles, pode-se destacar a sua insustentabilidade ambiental, econômica e até mesmo social.

Neste tipo de cultivo, a degradação do solo é rápida e em curto espaço de tempo, não há como ocorrer recuperação dos nutrientes naturais deste, sendo necessário, cada vez mais, o investimento em recuperação e nutrição do solo, tornando assim o produtor cada vez mais comprometido com a compra de insumos, corretivos e adubos químicos, elevando o custo da sua produção. O constante uso de agrotóxico compromete cada vez mais o lençol freático, contaminando a fonte de recursos hídricos utilizada pelo próprio produtor, o que representa riscos a saúde também fica comprometida, que também se relaciona a exposição pela aplicação do produto. Há registros a partir de estudos científicos onde se acusa a relação entre aumento de algumas moléstias e o uso de agrotóxico, inclusive casos de câncer.

É problemático o fato de os assentados não terem acesso a uma assistência técnica que lhes permitam rever sua forma de produção, lhes informar sobre os riscos econômicos e sociais a que estão sujeitos e, ainda, das implicações ambientais que a forma de produção poderá ocasionar para eles mesmos num futuro próximo. Questiona-se nesse sentido, o papel desempenhado pelos órgãos públicos responsáveis por garantir esse serviço ao setor rural, incluindo aí, as áreas de assentamento de reforma agrária,

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

que têm tanta necessidade de acesso à informação e apoio quanto o outro perfil de produtores e trabalhadores rurais.

Tabela 8 - Quantidade de Animais

Renda/Origem	nº de animais	nº de Lotes	%
Boi	580	30	100
Vaca de Leite	198	30	100
Suínos	94	18	60
Total		30	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Na pecuária, a principal fonte de recurso é proveniente do gado, especialmente na exploração para setor de laticínio. A maior fonte de renda nesse setor se refere à produção leiteira, que é praticamente toda vendida, gerando uma importante renda financeira para a maioria das famílias. No geral, a renda das famílias não é alta, mas é possível, para aquelas famílias que conseguiram investir e obter um retorno desse investimento financeiro e da mão-de-obra familiar, se manter em condições possíveis de sobrevivência no assentamento. Como eles possuem uma área que possibilita o plantio de uma horta e de um pomar, a criação de pequenos animais domésticos, como galinhas, porcos, etc, é possível admitir que as famílias possam obter do próprio lote os alimentos baratos, quase a custo zero, e principalmente uma alimentação de qualidade, sobretudo, do ponto de vista nutricional e de segurança alimentar, já que podem produzir sem agrotóxico.

Novamente é preciso destacar que não foram encontradas em todos os lotes visitados a existência de uma horta e de um pomar. Nestes casos, a maioria das verduras, frutas e legumes, são comprados na cidade. Mas isso também aponta um outro problema que merece investigação mais profunda em uma outra oportunidade de trabalho, ou seja, sobre a qualidade da alimentação consumida pela população local. Pode-se chegar à conclusão que a ingestão de vegetais é desvalorizada por eles e por isso pouco cultivada em muitos lotes. Ressalta-se que apesar de terem espaço e condições de produzirem alimentos para consumo com qualidade, isso não corresponde necessariamente à realidade.

Benfeitoria dos Lotes

Os entrevistados possuem casa, paiol, estábulo e cerca para os animais. Em 100% dos lotes há acesso à energia elétrica. Constatou-se também, em suas residências, a existência de aparelhos eletro-eletrônicos, como televisão, rádio, geladeira, freezer, aparelhos de som, e outros.

Máquinas e Equipamentos Utilizados para a Produção Agrícola.

Dos entrevistados apenas 25 % possui trator, grade plantadeira e pulverizador para fazer a safra, os demais utilizam o serviço de terceiros, sendo o mais comum, que estas paguem, em conjunto, pela utilização de um trator alugado. Em todas as propriedades possui carroça, arado, trihadeira, entre outros, na realidade foram encontrados os equipamentos mais simples.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão fundiária no Brasil tem como ponto crucial a sua origem na concentração de terras por parte de uma minoria e por outro lado dificuldades de acesso a ela por grande parte de pessoas pobres, ou com área muito pequena, dificultando as condições para reprodução econômica e social. Apesar das implementações e avanços de novos programas e dos novos rumos de uma reforma agrária mais planejada, ainda assim, este problema persiste no País e continua sendo motivo de conflitos em nível nacional.

No Sudoeste do Paraná verificou-se que a região formou-se por meio de um grande conflito em torno do território. Um dos grandes acontecimentos foi a revolta de 1957 que se deu pelos colonos contra as companhias colonizadoras, que por muito tempo explorou a população local, expropriando-as de seus direitos. No assentamento Missões a participação do MST foi fundamental para consolidar as ações de ocupação e conquista do local. Originalmente, o principal objetivo da formação do assentamento foi o de criar mais um espaço de expansão das unidades de produção familiar, favorecendo os desprovidos de terra própria, tornando possível a sustentabilidade das famílias nos aspectos sociais, econômicos e culturais.

Conforme as entrevistas realizadas no local, observou-se que as famílias de um modo geral encontram-se numa situação sócio-econômica que pode ser considerada como razoável. Isto porque, apesar de possuírem uma renda própria, infra-estrutura (para moradia e trabalho) em condições favoráveis, ainda assim, muitas melhorias nas suas condições de vida e de trabalho ainda podem ser alcançadas. Novas possibilidades de investimento na produção agrícola precisam ser repensadas e planejadas, dando importância ao enfoque econômico, sim, mas, sobretudo socioambiental.

Torna-se importante destacar a função de um assentamento de reforma agrária, onde as áreas dos lotes são pequenas e inviáveis para se pensar apenas do ponto de vista do retorno econômico. Um assentamento de reforma agrária talvez deva cumprir uma função principal de investimento na melhoria da qualidade de vida de seus moradores, criando assim espaços para implantação de novos tipos de cultivos, de propostas de desenvolvimento que sejam capazes de permitir a reprodução sustentável do espaço. As questões relacionadas a gênero e a divisão sexual do trabalho, ainda precisam ser melhores construídas ou entendidas pelos próprios assentados do local estudado. Por outro lado, a dignidade obtida a partir da conquista do espaço, o fato de se sentir dono da terra e da sua força de trabalho, é um fator extremamente positivo para o sucesso do assentamento e pode ser um mecanismo utilizado por grupos de apoio ao grupo de moradores do assentamento Missões, no sentido de ampliar as ações dos grupos internos, as associações e cooperativas de trabalho, conferindo a elas, também, o caráter de grupo de desenvolvimento sociocultural.

Alternativas através de discussão e busca conjunta por alternativas de melhor uso do tempo disponível, sobretudo para mulheres e adolescentes que apresentam estar vivendo sem exercer sua atuação política e transformadora no que tange ao processo decisório no assentamento. É importante destacar que um dos principais problemas que



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



encontramos no assentamento é a falta de assistência técnica voltada à organização e produção da agricultura e de apoio ao desenvolvimento social da comunidade. A presença de apoio nesse sentido precisa ser conquistada pelos moradores, pois, por si só, inicialmente, é quase impossível conseguirem dar o passo inicial para conquistarem melhores meios de sobrevivência.

6 – REFERENCIAS

- AREND, M. V. **Assentamento Missões: Evolução Socioeconômica**. Monografia de Graduação. Lavras: UFLA. 2002.
- AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- BERGAMASCO, S. M. & NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BUARQUE, C. **O que é Apartação**. São Paulo: Brasiliense. 1993.
- BRUMER, A. **Mulher e Desenvolvimento Rural**. In: Preveslou, C., et all (orgs.). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. UFSM. Santa Maria. 1996.
- Fehlberg, C.C. L. Eal. **Agrotóxicos e seus efeitos sócio-culturais: zona rural do Vale do São Lourenço, Santa Tereza, ES**. Revista Natureza on Line. ESFA. Santa Tereza. P 51-55. 2003.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminho e Descaminho dos Movimentos Sociais no Campo**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GUANZIOROLI, C. INCRA/FAO. 1999. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: MEPF/INCRA. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 62p.
- JAGUARIBE, H. **Brasil - 2000**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- _____. **Brasil: reforma ou caos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.
- LAZIER, H. **Análise Histórica de Posse e Terra no Sudoeste Paranaense**. Ed. SECE/BPP. Curitiba, 1986.
- _____. **Sudoeste do Paraná: região jovem, mas rica de acontecimentos**. 5º Ed. Francisco Beltrão, 1996.
- LECHAT, N. M. P. **Relações de Gênero em Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (RS): participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas**. In: Preveslou, C., et all (orgs.). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. UFSM. Santa Maria. 1996.
- MARTINS, J. de S. **Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- OLIVEIRA, L. **Os Excluídos Existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 33, ano 12. 1997.
- RAMALHO, C. B. **Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema Região do Pontal do Paranapanema/ S.P**. Presidente Prudente-SP. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2001.
- SOUSA, I. S. & SILVA, J. S. **Ainda as Grandes Questões Sociais da Agricultura**. In: Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Rio de Janeiro. 1992.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



LAUFFER, G. J. & LIMA, R.S. **Reprodução Socioeconômica em Assentamentos de Reforma Agrária: o caso do assentamento Missões/PR.** Anais do XVIII Congresso Brasileiro VI Encontro Latino-Americano e IX Simpósio Estadual de Economia Doméstica. Francisco Beltrão: UNIOESTE /ABED, 2005.

VALMORBIDA, M. **Estudo do Assentamento Missões em Francisco Beltrão Paraná.** Monografia de Graduação. Francisco Beltrão: Unioeste, 1999.

VIEIRA, M. I. **La Participación de la Mujer em lãs Viviendas Rurales por Ayuda Mutua. Experiencias de Desarrollo.** In: Preveslou, C., et all (orgs.). Mulher Família e Desenvolvimento Rural. UFSM. Santa Maria. 1996.